



403

META-SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DO RELATO INTEGRADO

Aluno Mestrado/MSc. Student Vinicius Rodrigues Benevides, Doutor/Ph.D. Marguit Neumann,
Doutor/Ph.D. Valter da Silva Faia

UEM, Maringá, Paraná, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Vinicius Rodrigues Benevides

Programa de Pós-Graduação/Course
PCO/UEM

Doutor/Ph.D. Marguit Neumann

Programa de Pós-Graduação/Course
PCO/UEM

Doutor/Ph.D. Valter da Silva Faia

Programa de Pós-Graduação/Course
PCO/UEM

Resumo/Abstract

Neste estudo realizou-se uma meta-síntese das experiências empíricas advindas da utilização do Relato Integrado (RI) em ambientes organizacionais, utilizando como base os estudos de caso encontrados na literatura internacional e nacional. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se da meta-síntese, proposta por Hoon (2013), a partir da compilação de estudos de caso encontrados na literatura empírica sobre RI, publicados em bases indexadoras de periódicos disseminadas e reconhecidas no mundo acadêmico, com a delimitação temporal dos anos em que o *Framework 1.0* esteve vigente (2013 a 2020). Este estudo fornece uma síntese interpretativa dos principais resultados empíricos advindos da utilização do RI, encontrados em 32 estudos de caso presentes na literatura. Ressalta-se que dentre as 25 categorias de experiências empíricas encontradas, quatro delas (Relacionamento com *stakeholders*, Governança, Integração entre Setores e Sustentabilidade), se destacaram por apresentarem níveis avançados de consolidação por meio do RI, sendo passíveis de visualização de resultados práticos e positivos em mais de 40% dos estudos de caso analisados. Em contrapartida, outras três categorias (Consistência e Comparabilidade, *Framework* e Resistência Organizacional), apresentarem apenas resultados negativos, dessa maneira, percebe-se que essas categorias não conseguiram se desenvolver nestes primeiros sete anos de análise (2013 a 2020), sendo assim, carecem de melhorias. Ademais, as outras categorias de experiências empíricas, ainda são muito heterogêneas, apresentando tanto implicações positivas, quanto negativas, sugerindo-se que se realizem mais estudos, aprimoramentos e o *sensemaking* dos primeiros adotantes, para que tais dificuldades possam ser superadas e possam evoluir a fim de maximizar os resultados positivos em detrimento dos negativos.



Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Tópicos Especiais de Contabilidade (TEC) / Special Topics in Accounting

META-SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DO RELATO INTEGRADO

RESUMO

Neste estudo realizou-se uma meta-síntese das experiências empíricas advindas da utilização do Relato Integrado (RI) em ambientes organizacionais, utilizando como base os estudos de caso encontrados na literatura internacional e nacional. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se da meta-síntese, proposta por Hoon (2013), a partir da compilação de estudos de caso encontrados na literatura empírica sobre RI, publicados em bases indexadoras de periódicos disseminadas e reconhecidas no mundo acadêmico, com a delimitação temporal dos anos em que o *Framework 1.0* esteve vigente (2013 a 2020). Este estudo fornece uma síntese interpretativa dos principais resultados empíricos advindos da utilização do RI, encontrados em 32 estudos de caso presentes na literatura. Ressalta-se que dentre as 25 categorias de experiências empíricas encontradas, quatro delas (Relacionamento com *stakeholders*, Governança, Integração entre Setores e Sustentabilidade), se destacaram por apresentarem níveis avançados de consolidação por meio do RI, sendo passíveis de visualização de resultados práticos e positivos em mais de 40% dos estudos de caso analisados. Em contrapartida, outras três categorias (Consistência e Comparabilidade, *Framework* e Resistência Organizacional), apresentaram apenas resultados negativos, dessa maneira, percebe-se que essas categorias não conseguiram se desenvolver nestes primeiros sete anos de análise (2013 a 2020), sendo assim, carecem de melhorias. Ademais, as outras categorias de experiências empíricas, ainda são muito heterogêneas, apresentando tanto implicações positivas, quanto negativas, sugerindo-se que se realizem mais estudos, aprimoramentos e o *sensemaking* dos primeiros adotantes, para que tais dificuldades possam ser superadas e possam evoluir a fim de maximizar os resultados positivos em detrimento dos negativos.

Palavras-chave: Meta-síntese, Relato Integrado, Experiências Empíricas.

1 Introdução

O Relato Integrado (RI) é um reporte corporativo que inclui informações financeiras e não financeiras (Perego, Kennedy & Whiteman, 2016). Embora alguns estudos descrevam resultados positivos advindos de sua utilização, essa prática ainda não é generalizada, devido a uma difusão limitada de evidências empíricas que demonstrem a concretude de seus resultados, positivos e negativos, para as organizações que decidem adotar esse tipo de comunicação (Vitolla & Raimo, 2018).

O RI é sustentado pelo *Framework 1.0* e promovido pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) com o propósito de englobar informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável, ou seja, de maneira integrada (IIRC, 2013). Além de buscar promover práticas de negócios sustentáveis, a adoção do RI espera contribuir com algumas vantagens significativas em nível organizacional (de Villiers, Hsiao & Maroun, 2017), tais como: melhor alinhamento das necessidades informacionais entre investidores e *stakeholders*, alocação efetiva de recursos, aumento de confiança na materialidade de seu conteúdo, redução de custos organizacionais por meio de tomadas de decisão mais assertivas, desenvolvimento de uma linguagem comum e maior colaboração entre setores, melhora na gestão de riscos, identificação de oportunidades e, conseqüentemente, uma melhor avaliação da viabilidade do modelo de negócios e estratégia da organização a longo prazo (IIRC, 2011).

Desta forma, há pesquisas que defendem a implementação e aplicação do RI, as quais o apontam como um modelo de comunicação integrada que visa ajudar a alavancar o mercado de capitais de países que apoiem a sua adesão, reduzir a assimetria informacional por meio de um *disclosure* mais amplo aos *stakeholders*, fornecer uma base segura para as organizações

explicarem ao mercado de capitais como geram valor ao longo do tempo, aumentar a transparência, mudar o pensamento dos atores corporativos e comunicar informações financeiras e não financeiras para seus *stakeholders* tomarem decisões (Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza & García-Sánchez, 2013; KPMG, 2012; Zaro, et al. 2020; Adams, 2015; Eccles & Serafeim, 2011; Garcia- Sánchez, Rodríguez-Ariza & Frías-Aceituno, 2013),

Contudo, ainda que a literatura sobre RI o aponta como gerador de benefícios para organizações e sociedade, ainda existe uma série de desafios conceituais e práticos a serem debatidos (de Villiers, Unerman, & Rinaldi, 2014). Brown e Dillard (2014) argumentam que o RI, conforme concebido pelo seu *Framework 1.0*, fornece uma abordagem limitada e unilateral para avaliar e relatar questões de sustentabilidade. Flower (2015) também critica o RI, ao alegar que não deverá se tornar o principal reporte das organizações, posto que se trata de um relatório adicional às demonstrações financeiras usuais, contribuindo para um cenário de confusão, desordem e fragmentação de relatórios. Corroborando com o argumento anterior, Gunarathne e Senarathne (2017) chamam à atenção para o fato de muitas organizações não internalizarem corretamente os princípios do IIRC, correndo o risco de produzirem o RI de forma mecânica, tornando-o apenas mais um mero relatório.

De fato, por ser um conceito novo e em desenvolvimento, ainda existe limitação empírica que confirme seus resultados do RI nas organizações (Steyn, 2014), pois, até o momento, poucos estudos examinaram o assunto da divulgação de relatórios integrados em nível global (Al Amosh & Mansor, 2021). O desenvolvimento futuro e evolução do RI demandam uma abordagem sistemática e rigorosa da pesquisa, conciliando opiniões de especialistas sobre implicações relevantes para órgãos de definição de padrões, bem como opiniões dos preparadores e usuários desses relatórios (Perego et al., 2016).

Dessa forma, considerando que os resultados organizacionais advindos da implementação e aplicação do RI ainda são desafiadores e contestados devido à falta de um completo entendimento das evidências empíricas existentes, especialmente no que diz respeito às experiências positivas e negativas em ambientes organizacionais, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte questão: **Quais as experiências empíricas advindas da utilização do Relato Integrado em ambientes organizacionais, com base em estudos de caso encontrados na literatura?** Para responder a tal questão, a pesquisa tem como objetivo realizar uma meta-síntese das experiências empíricas advindas da utilização do RI em ambientes organizacionais, utilizando como base os estudos de caso encontrados na literatura internacional e nacional.

Conforme técnica proposta por Hoon (2013), foram compilados os estudos de caso encontrados na literatura empírica sobre RI, com o intuito de construir uma síntese interpretativa dos resultados advindos de sua utilização. Optou-se por selecionar artigos em bases indexadoras de periódicos disseminadas e reconhecidas no mundo acadêmico: *Emerald*, *Scopus*, *Science Direct*; *Web of Science*, Capes e Atena, com a delimitação temporal dos anos em que o *Framework 1.0* esteve vigente (2013 a 2020), e que continham os termos “*integrated reporting*” ou “*relato integrado*”; e “IIRC”.

Justifica-se a realização do presente estudo, pois, com a publicação da primeira revisão do *Framework 1.0*, em janeiro de 2021 (IIRC, 2020), faz-se necessário verificar até que ponto as organizações conseguiram avançar em relação aos resultados advindos da utilização do RI nessa primeira fase (2013 a 2020), preenchendo a demanda por evidências empíricas das experiências positivas e negativas proporcionadas por esse modelo de comunicação integrada (Steyn, 2014; De Villiers, et al. 2014; Adams, 2015; Perego et al. 2016; Rowbottom & Locke 2016; Vitolla & Raimo, 2018).

Espera-se, com a apresentação dos resultados advindos da prática organizacional na adoção do RI, contribuir com organizações que possuem interesse em aderir a essa ferramenta de reporte corporativo, bem como para as que já a utilizam, e seus preparadores de relatórios,

para que potencializem o retorno de suas vantagens para benefício interno e de seus *stakeholders* (Steyn, 2014). Ademais, os resultados são relevantes para consolidação internacional das estruturas defendidas pelo IIRC (órgão regulador), para o processo de revisão do *Framework 1.0* e para a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), pois organizam de forma sintetizada as evidências empíricas advindas do uso do RI em ambientes organizacionais. Dessa forma, conforme Perego et al. (2016), o campo da prática do RI pode se beneficiar e evoluir a partir de um compromisso fortalecido com a academia.

2 Relato Integrado: *Framework 1.0* (2013-2020)

Em agosto de 2010, foi constituído, em Londres, o IIRC e, na primeira reunião, conduzida pelo Príncipe de Gales e seu secretário geral, o qual é um contador, iniciaram-se os trabalhos, que se estenderam ao longo de reuniões quadrimestrais, culminando na divulgação do *Framework 1.0*, em dezembro de 2013 (Gelbke, Santos, Iudícibus & Martins, 2018). Desde então, o RI tem sido disseminado internacionalmente, fazendo frente à necessidade de recombinar divulgações financeiras e socioambientais em relatórios coesos, eficientes e atrativos, visando reduzir a produção de inúmeras comunicações desconectas e estáticas, iniciando uma grande revolução nos relatos corporativos (Frías-Aceituno et al. 2013; IIRC, 2013; Gelbke et al. 2018; Bernardi & Stark, 2018).

A estrutura conceitual para o relato integrado – *The International <IR> Framework 1.0* – é baseada em um conjunto de princípios e elementos de conteúdo que orientam a comunicação baseada no processo de geração de valor de uma companhia ao longo do tempo, e tem por objetivo servir de orientação para a próxima etapa evolutiva dos relatos corporativos (Kassai, Carvalho & Kassai, 2019). Os principais elementos apresentados pelo *Framework 1.0* introduzem o RI e visam esclarecer a interação da geração de valor com o ambiente organizacional, os Capitais e o Processo de Geração de Valor, pois eles são os Conceitos Fundamentais que sustentam um RI (IIRC, 2013). O conteúdo de um RI deve ir além do enfoque somente no capital financeiro, como é usual nos relatórios financeiros. Ele deve propor interligar o princípio de administração das múltiplas fontes de capitais e dos determinantes na construção de valor (Strong, 2014).

O IIRC (2013) estabelece que, para a construção e apresentação do RI, devem-se usar como fundamento sete Princípios Básicos, que orientam o conteúdo e a forma de apresentação da divulgação das informações no RI e oito Elementos do Conteúdo, os quais fornecem orientações para que as organizações determinem as informações a serem divulgadas (Cheng, Green, Conradie, Konishi & Romi, 2014). Os Princípios Básicos e os Elementos do Conteúdo caracterizam diretrizes norteadoras que flexibilizam a divulgação do RI pelas organizações (Reuter & Messner, 2015) e não se excluem mutuamente, ou seja, um Elemento do Conteúdo não substitui outro Elemento ou Princípio (IIRC, 2013).

Não é obrigatória a adoção de todos os Elementos do Conteúdo ou Princípios Básicos, contudo, é recomendado, para dar suporte as informações financeiras e não financeiras evidenciadas, pois tal estrutura, com sua abordagem principiológica, não objetiva oferecer um *check list* ou roteiro para a elaboração de um RI, visto que esse é um exercício individual e envolve um esforço para encontrar equilíbrio adequado que reconheça a grande variedade de circunstâncias individuais e que permita um grau suficiente de comparabilidade entre as organizações (Kassai et al. 2019).

Concomitante à identificação e aplicação dos Princípios Básicos e dos Elementos de Conteúdo, o processo de desenvolvimento do RI inclui o reconhecimento dos recursos e relacionamentos utilizados e afetados pela organização, ou seja, seus capitais. Além da caracterização e acompanhamento contínuo das fontes de capital, o RI é baseado na conectividade entre esses capitais (IIRC, 2013).

A associação de tais capitais caracteriza-se como reservas de valor, que, por intermédio das atividades praticadas pela organização, aumentam, diminuem ou ainda os transformam, servindo de suporte para fornecer benefícios futuros e gerar valor para organização (Mio, Fasan & Pauluzzo, 2016). Segundo Haji e Anifowose (2017), o principal diferencial do RI, quando comparado aos demais relatórios corporativos, é sua proposta de comunicar a história de geração de valor das organizações, por meio de uma lente de múltiplos capitais.

Por fim, o *Framework 1.0* apresenta o Processo de Geração de Valor, demonstrado pelo modelo de negócio de uma organização. Esse modelo visa explicar a atuação da organização, como ela gera resultados econômicos e cria valor a partir da interação dos Capitais (PWC, 2015). Segundo o *Framework*, o processo de geração de valor é influenciado pelos ambientes internos e externos e depende de como a empresa interage com os seus capitais e com *stakeholders*, em uma dimensão temporal de gerar valor no curto, médio e longo prazo (Kassai et al. 2019). Nesse sentido, essa visão multidimensional dos capitais torna-se um mecanismo que pode revolucionar não somente os relatos corporativos, mas até o processo de gestão das atividades operacionais, introduzindo uma visão mais responsável na cadeia produtiva e propiciando novas oportunidades de negócios (Gelbke et al. 2018).

3 Experiências Empíricas Organizacionais do Relato Integrado

O Relato Integrado representa um conceito recente na pesquisa e, em especial, na prática contábil (Al-Htaybat & von Alberti-Alhtaybat, 2018), atraindo a atenção tanto de organizações e formuladores de políticas, quanto de profissionais e estudiosos de contabilidade (Fasan & Mio, 2017). Em 2020, o RI já se encontra presente em 2.500 organizações, em mais de 70 países no mundo (IIRC, 2021), sendo que o Brasil é o quarto país que mais publica esse tipo de relatório no mundo, somente atrás de África do Sul, Espanha e Japão (IFAC, 2021). Além disso, existe uma perspectiva de crescimento ainda maior, posto que a CVM aprovou a Resolução CVM 14 de 2020, tornando obrigatória para companhias abertas que decidirem elaborar e divulgar RI a orientação CPC 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais também precisarão ser objeto de asseguarção limitada, por auditor independente, registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (CVM, 2020). Ademais, o RI, no Brasil, ganhou ainda mais visibilidade por sua obrigatoriedade de divulgação para empresas estatais (Brasil, 2016) e pelos órgãos públicos federais (TCU, 2018).

Desde que se iniciou o processo de institucionalização desse modelo de comunicação nas organizações, já começaram a perceber e estudar seus primeiros resultados. Conforme Higgins, Stubbs e Love (2014), o *sensemaking* dos primeiros adotantes são importantes, pois contribuem para o processo de institucionalização do relato e dão uma contribuição importante para o campo institucional, visto que produzem um artefato tangível (RI), que será observado pelas demais organizações e copiado.

A respeito dos primeiros resultados organizacionais advindos da utilização do RI, pode-se citar uma pesquisa realizada pela organização *Black Sun* (Black Sun, 2014). Esta pesquisa apresentou as primeiras impressões, tendências no comportamento empresarial, benefícios empresariais e adoção do pensamento integrado como consequência dos processos do RI. Os resultados foram, na maioria positivos, evidenciando que 91% dos participantes relataram um impacto no compromisso externo, 96% constataram um impacto no compromisso interno, 100% observaram mudanças nas relações com os *stakeholders* externos e 84% nas relações com a sociedade. Além disso, o estudo apresentou que 79% das organizações respondentes reportaram terem tido benefícios estratégicos na tomada de decisão, sobretudo em decorrência do espaço para diálogo entre a administração e a gestão que passou a existir, sendo passadas muito mais informações operacionais e relevantes para a administração, a fim de melhorar a estratégia.

A *Ernst & Young* também realizou uma pesquisa com o intuito de captar a percepção dos investidores em relação à busca por informações não financeiras, na qual apurou-se que investidores estavam entusiasmados com a implementação do RI e que 70,9% admitiram que tal documento tornou-se importante, ou essencial, para a tomada de decisão (Ernest & Young, 2015). Serafeim (2015) também identificou indícios de que investidores com objetivos de longo prazo são atraídos por empresas com informações integradas, enquanto o contrário tende a acontecer com investidores com perspectivas de curto prazo.

Pesquisas acadêmicas também se esforçam para compreender as consequências que os resultados positivos (benefícios, vantagens) e negativos (fatores limitantes, desvantagens, dificuldades), advindos da utilização do RI, podem ocasionar. Desde antes do surgimento do *Framework 1.0*, Eccles e Saltzman (2011) já haviam realizado um estudo, elencando a aplicabilidade e os potenciais benefícios esperados do RI, os quais destacaram uma possível diminuição de riscos sobre reputação e também melhorias no que tange às tomadas de decisões, alocação de recursos e, conseqüentemente, uma melhora nas relações com os *stakeholders*, além de vantagens comerciais em função de uma melhoria no reporte, com informações mais precisas, aliadas a informações não financeiras.

Outras pesquisas também apontam que o RI possui potencial em comunicar informações materiais que afetam a capacidade de uma organização de criar valor ao longo do tempo (Naynar, Ram & Maroun, 2018), sendo capaz de melhorar a qualidade do *disclosure* corporativo e a prestação de contas organizacional (Adhariani & de Villiers, 2019). Kılıç & Kuzey (2018) também acrescentam que a adoção do RI é um modo de superar as deficiências encontradas nos relatórios utilizados pelas organizações, dentre elas, a evidenciação dos riscos, que ocorria de maneira genérica, sem especificar assuntos, e a apresentação de informações positivas, descartando as negativas.

No quesito de informações socioambientais, o RI também tem validado uma visão confiável do valor da organização nessa categoria, transformando-se em uma prática que possibilita a interação holística entre as decisões de investimento e comportamento socioambiental das organizações (Bommel, 2014). Entretanto, Stubbs, Higgins e Milne (2013) argumentam que existem barreiras para a integração da sustentabilidade nos relatórios financeiros, principalmente no que se refere à ausência de regulamentação, ou padrões pré-estabelecidos por órgãos reguladores.

Adams (2015) também chama à atenção, dizendo que se faz necessário entender os fatores que afetam a aceitação do RI, pois as companhias que o adotam visam credibilidade e simetria das informações para salvaguardar a reputação, aumentar a vantagem competitiva global e reduzir o risco operacional (Phillips, Watson & Willis, 2011). Todavia, aqueles que elaboram o RI, por vezes, são céticos quanto aos benefícios proporcionados por tal relatório, visto que mesmo organizações que não se envolvam no processo do pensamento integrado podem rotular-se como tal (Adams, 2017).

Dessa maneira, observa-se que as opiniões ainda são conflitantes sobre essa prática e a ampla gama de estudos apontam para a necessidade de entender melhor as contribuições existentes (Vitolla, Raimo & Rubino, 2019). Steyn (2014) acredita que são fundamentais novas pesquisas que investiguem os benefícios organizacionais do RI para diversos *stakeholders*, com o intuito de considerá-las um caminho a seguir no *framework* internacional. Em virtude da carência de uma consolidação dos resultados práticos proporcionados pelo uso do RI, torna-se oportuno recorrer à literatura empírica sobre Relato Integrado, visando expor as experiências encontradas nesses primeiros sete anos (2013 a 2020) de estudos organizacionais, de maneira a responder à questão de pesquisa e contribuir com o processo de consolidação e evolução desse tipo de comunicação, bem como para organizações que tenham o interesse de implementar o uso do RI.

4 Meta-Síntese

A presente pesquisa possui o objetivo de aplicar a técnica de meta-síntese nos resultados empíricos advindos da utilização do RI em ambientes organizacionais. Hoon (2013) cita que a meta-síntese busca a construção de uma síntese a partir de estudos de casos qualitativos e estabelece oito passos: enquadramento da questão de pesquisa, localização de pesquisas relevantes, exclusão e inclusão das pesquisas, extração e codificação dos dados, análise específica de cada caso, síntese em um nível de estudo cruzado, construção da meta-síntese e Discussão.

Após leituras sobre o tema, encontrou-se uma lacuna na literatura apontada para a falta de consenso sobre os resultados empíricos advindos da utilização do RI em ambientes organizacionais, devido à ausência de estudos que sintetizem tais evidências empíricas, a fim de demonstrarem a concretude dos resultados desse modelo de comunicação nas organizações (de Villiers et al. 2014; Steyn, 2014; Adams, 2015; Perego et al. 2016; Vitolla & Raimo, 2018). Portanto, torna-se oportuno analisar e sintetizar as experiências organizacionais advindas do uso do RI em ambientes organizacionais, com a intenção de responder à seguinte questão: Quais as experiências empíricas advindas da utilização do Relato Integrado em ambientes organizacionais, com base em estudos de caso encontrados na literatura?

Para localização de pesquisas relevantes foram consultadas as bases indexadoras de periódicos: Emerald, Scopus, Science Direct; Web of Science, Portal de Periódicos Capes/MEC e Atena, com a delimitação temporal dos anos em que o Framework 1.0 esteve vigente (2013 a 2020), e que continham os termos “integrated reporting” ou “relato integrado”; e, “IIRC”. Os critérios de exclusão foram: (a) artigos duplicados; (b) estudo que não se caracterizavam como estudos de caso qualitativo; (c) desalinhamento com a questão de pesquisa, e; (d) artigos com acesso restritos. A coleta de dados ocorreu em dois períodos distintos: primeiro em julho de 2019 e, posteriormente, em janeiro e fevereiro de 2021, com o interesse em validar a primeira coleta e também abranger os últimos estudos de caso publicados, dentro da vigência do *Framework 1.0* (2013 a 2020).

Em seguida, buscou-se ordenar, codificar e categorizar as evidências de cada um dos estudos de caso da amostra (Hoon, 2013). Primeiramente, foi desenvolvido um roteiro de investigação visando, de forma objetiva, buscar elementos que contribuíssem especificamente para responder à questão de pesquisa proposta. Depois de gerar um conjunto de noções *a priori* sobre quais itens codificar, foi realizada a leitura de dois estudos, selecionados aleatoriamente, para identificar outros itens de codificação que pudessem ser relevantes, refinando e modificando constantemente a forma de codificação, conforme sugere Hoon (2013). Foram codificados 32 estudos de caso sobre Relato Integrado. Destaca-se que as teorias mais recorrentes encontradas nos estudos foram a Teoria dos *Stakeholders*, a qual esteve presente em seis artigos e, na sequência, outras três teorias apareceram, três vezes cada (Teoria Institucional; Teoria da Mudança Organizacional e Teoria da Legitimidade), além da Teoria da Prática, a qual apareceu em outros dois artigos.

No quinto passo, o foco esteve na análise em nível específico. Por isso, optou-se por mapear cada estudo de caso, com o intuito de verificar quais eram as experiências positivas e negativas de cada caso, relativas à utilização do RI em ambientes organizacionais. A partir dessa análise específica, foi possível desenvolver um mapa causal, categorizando quais foram as experiências positivas e negativas obtidas de todos os 32 estudos de caso, detalhando individualmente quais artigos apresentaram as respectivas categorias de experiências, associadas aos interesses da presente meta-síntese. Os demais passos (síntese em um nível de estudo cruzado, construção da meta-síntese e e discussão) são apresentados na sequência na forma de resultados do estudo.

5 Resultados

Para atender ao objetivo deste estudo, realizou-se a análise cruzada de todas as categorias de experiências positivas e negativas advindas da utilização do RI encontradas nos estudos de caso organizacionais da amostra. As experiências estão evidenciadas a seguir em ordem alfabética. Em seguida, as experiências foram consolidadas, interpretadas e vinculadas com a literatura, elaborando uma síntese interpretativa dos achados. Para facilitar a compreensão das interpretações, dividiu-se as experiências encontradas em subtópicos com partes do *Framework 1.0* (Princípios Básicos, Elementos de Conteúdo) e demais experiências relativas ao RI. E, ao final de cada subtópico, elaborou-se a uma síntese interpretativa dos resultados.

5.1 Experiências positivas e negativas relativas aos princípios básicos do ri

Com base nos casos analisados, observa-se que, em relação aos sete Princípios Básicos do RI, apresentados no Quadro 2: Foco estratégico, Conectividade de Informações, Relacionamento com *stakeholders*, Materialidade, Concisão, Confiabilidade e Completude e Consistência e Comparabilidade, constata-se que foram encontradas experiências positivas e negativas referentes a todos os princípios básicos do RI, exceto o princípio de Relacionamento com *stakeholders*, o qual se destacou por apresentar somente evidências positivas e os princípios da Confiabilidade e Completude e o da Consistência e Comparabilidade, os quais não demonstraram nenhuma evidência positiva ou negativa, mas não se pode afirmar que não existam. A tabela 1 apresenta a síntese dos principais resultados, vinculados à literatura dos Princípios Básicos do RI.

Tabela 1. Relação das Experiências encontradas com a literatura dos Princípios Básicos do RI

Experiências Encontradas	Literatura	Resultados positivos/negativos
Foco Estratégico	O <i>Framework 1.0</i> sugere que as organizações reportem suas estratégias relacionadas ao uso dos capitais e da capacidade de geração de valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).	Melhorias na divulgação de suas estratégias organizacionais conforme diretrizes do IIRC e obtenção de benefícios, pois foram reconhecidos pelos analistas financeiros e investidores (Argento et al. 2019).
		Dificuldade para divulgar o efeito das estratégias organizacionais sobre capitais e sobre resultados financeiros (Veltri & Silvestri, 2015; Doni et al. 2019).
Conectividade das Informações	O RI tem servido às grandes organizações comunicarem informações integradas (financeiras e não financeiras) para seus <i>stakeholders</i> tomarem decisões (Eccles & Serafeim, 2011; Garcia-Sánchez, Rodríguez-Ariza & Frías-Aceituno, 2013).	Evidências de que investidores encontram valor agregado na integração dos aspectos financeiros aos sociais e ambientais (Macias & Farfan-Lievano, 2017).
		Dificuldade de conexão entre os capitais e o valor criado pela organização (Brusca, et al. 2018).
Relacionamento com Stakeholders	O RI deve satisfazer às necessidades de seus stakeholders (de Villiers e Maroun, 2018).	O RI contribuiu para uma melhor prática em comunicação de informações de RSC (Velte & Stawinoga, 2017) e para envolver os <i>stakeholders</i> , fornecendo informações materiais sobre suas estratégias de gestão (McNally & Maroun, 2018).
		Não foram encontrados.

Materialidade	O RI possui potencial em comunicar informações materiais que afetam a capacidade de uma organização de criar valor ao longo do tempo (Naynar, Ram & Maroun, 2018).	Uso de informações financeiras e não financeiras para priorizar assuntos relevantes aos seus <i>stakeholders</i> (Silvestri et al. 2017) e para identificar ativamente questões materiais específicas para integrá-las aos processos de negócios (Beck et al. 2017).
		Dificuldades em fazer escolhas de informações materiais, particularmente em um dos cenários em que a organização foi uma das primeiras a adotar o RI, tornando-se desafios para fazer uma definição adequada de materialidade (Macias & Farfan-Lievano, 2017).
Concisão	O RI tem sido disseminado internacionalmente, fazendo frente à necessidade de recombinar divulgações financeiras e socioambientais em relatórios, coesos, eficientes e atrativos, visando reduzir a produção de inúmeras comunicações desconectas e estáticas (IIRC, 2013; Gelbke et al. 2018).	Melhorias relacionadas à concisão das informações contidas no RI (Macias & Farfan-Lievano, 2017)
		Concisão foi um obstáculo comum durante a implementação do RI, mas que pode ser superada ao longo do tempo (Argento et al. 2019).
Consistência e Comparabilidade	O RI envolve um esforço para encontrar um equilíbrio adequado, que reconheça a grande variedade de circunstâncias individuais e que permita um grau suficiente de comparabilidade entre as organizações (Kassai et al. 2019).	Não foram encontrados.
		Não conseguiram atingir um nível suficientemente adequado de consistência e comparabilidade em seus RI, conforme demandam as diretrizes do IIRC (Iacuzzi et al. 2020; Veltri & Silvestri. 2015).

Com base nas experiências positivas e negativas relativas aos seis, dos sete Princípios Básicos do RI, extraídas dos estudos de caso analisados nesta meta-síntese, infere-se que, em cinco deles, a quantidade de benefícios observados superou a de dificuldades, pois no foco estratégico, a proporção encontrada nos estudos de caso foi de 25% relatando experiências positivas e 9,38% relatando experiências negativas. Da mesma forma com relação à conectividade de informações, na qual a proporção foi de 31,25% de positivos, contra 21,88% de negativos. No princípio de relacionamento com *stakeholders*, as evidências foram somente positivas, com 56,25% dos casos. Materialidade foi de 25% de positivos e 12,5% de negativos e, no princípio de concisão, foi de 9,38% de positivos, contra 6,25% de negativos. Somente no princípio de consistência e comparabilidade os resultados foram somente de experiências negativas, com 6,25% dos casos.

Por conseguinte, a síntese interpretativa que se pode realizar a partir desses resultados é de que verificaram-se mais experiências positivas do que negativas relacionadas aos Princípios Básicos do RI, citados no *Framework 1.0*. Todavia, somente esse argumento não é suficiente para indicar que o RI deve ser implementado por todas as organizações, pois essa decisão é particular de cada organização e requer uma preparação antecipada, alinhada com os objetivos e estratégias organizacionais. Porém, é válido inferir que, dentre os seis princípios observados, o relacionamento com *stakeholders* foi o que apresentou maior nível de amadurecimento e evolução, em comparação aos demais, dando maior visibilidade à postura de RSC das organizações e tornando as informações materiais para os *stakeholders* tomarem decisões assertivas. Em contrapartida, também é possível compreender que os princípios de consistência e comparabilidade ainda requerem uma reflexão ampla por parte das organizações para conseguirem atingir um nível equilibrado de suas informações, pois verificaram-se apenas relatos de experiências negativas. Outrossim, não se encontraram evidências de qualquer tipo no que se refere ao princípio da confiabilidade e completude. No que tange aos demais

princípios básicos, pode-se dizer que são heterogêneos, pois se encontram em diferentes níveis nos ambientes organizacionais, precisando de mais estudos para que se possam aprimorá-los.

5.2 Experiências positivas e negativas relativas aos elementos de conteúdo do RI

Com base nos casos analisados, observa-se que, em relação aos oito Elementos de Conteúdo do RI, apresentados no Quadro 3 (Visão geral da organização, Governança, Modelo de Negócios, Riscos e oportunidades, Estratégia e alocação de recursos, Desempenho, Perspectivas e Base de apresentação), destaca-se que em dois deles (Modelo de Negócios e Riscos e oportunidades) foram encontradas experiências positivas e negativas. Já em relação aos outros dois elementos (Visão geral da organização e ambiente externo e Governança), foram observadas apenas experiências positivas e, em relação aos demais elementos (Estratégia e alocação de recursos; Desempenho; Perspectivas e Base de apresentação), não se encontraram experiências de nenhum dos tipos nos estudos analisados. Na tabela 2 está uma síntese dos principais resultados, vinculados à literatura dos Elementos de Conteúdo do RI.

Tabela 2. Relação das Experiências encontradas com a literatura dos Elementos de Conteúdo do RI

Experiências Encontradas	Literatura	Resultados positivos/ negativos
Visão Organizacional	O Framework 1.0 menciona que um RI deve contar a história da organização, identificando a sua missão e visão e fornecendo o contexto essencial para identificar os impactos positivos e negativos que podem afetar a organização (IIRC, 2013).	O modelo de comunicação proposto pelo RI ajudou a contar a história da organização, desenvolvendo maneiras novas e inteligíveis de comunicar seus valores com os <i>stakeholders</i> (Le Roux & Pretorius, 2019).
		Não foram encontrados.
Governança	O IIRC sugere que um RI deve identificar a estrutura de liderança, os processos específicos para decisões estratégicas, as ações de gestão de risco, a cultura ética da organização, o cumprimento de exigências legais, inovações e o sistema de compensação e incentivos, ligados à governança organizacional (IIRC, 2013).	Melhorias em práticas de gestão e governança devido à introdução do RI (Badia et al. 2019) e melhora nas posturas de gestão estratégica, ao reconfigurarem seus mecanismos de governança, avaliando medidas de desempenho por meio de um processo interativo de aprendizagem com as partes interessadas (Devalle et al. 2020).
		Não foram encontrados.
Modelo de Negócios	O modelo de negócios de uma organização é seu sistema de transformação de insumos, através de suas atividades empresariais, em produtos e impactos que visam cumprir os propósitos estratégicos da organização e gerar valor em curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).	Cumpriram propósitos estratégicos em relação ao elemento de conteúdo modelo de negócios, justificada por uma melhor forma de representar seu modelo de negócios por meio do RI, sendo útil para criação de valor sustentável (Corbella et al. 2019).
		Apresentaram deficiências na demonstração da conectividade entre os elementos do modelo de negócios e seu ambiente externo (Silvestri et al. 2017).
Riscos e Oportunidades	Adoção do RI é um modo de superar as deficiências encontradas nos relatórios utilizados pelas organizações, dentre elas, em particular, a evidenciação dos	Melhorias nos sistemas de gestão de riscos, visando proteger o desempenho da empresa, após a implementação do RI, o que demonstra um fator de tendência de criação de valor (Camodeca & Almici, 2017).

	riscos, que ocorria de maneira genérica, sem especificar assuntos e a apresentação de informações positivas, descartando as negativas (Kılıç & Kuzey, 2018).	Dificuldades na divulgação dos riscos atrelados às atividades operacionais da organização (Doni et al. 2019), especialmente nos anos iniciais de implementação do RI (Macias & Farfan-Lievano, 2017).
--	--	---

Com base nas experiências positivas e negativas relativas aos quatro, dos oito Elementos de Conteúdo do RI, extraídas dos estudos de caso analisados nesta meta-síntese, entende-se que dois deles observaram apenas benefícios, como a Visão Organizacional, da qual se obteve que 9,38% dos estudos apresentaram experiências positivas, bem como a Governança, na qual o índice foi de 43,75% (a maior encontrada dentre os elementos de conteúdo). E em relação ao Modelo de negócios e Riscos e Oportunidades, verificaram-se tanto experiências positivas, quanto negativas, mas a proporção foi de mais estudos apresentando evidências positivas do que negativas em ambos. A proporção do elemento de conteúdo Modelo de Negócios foi de 21,88% dos estudos relatando experiências positivas, contra 6,25% relatando evidências negativas e, em relação aos Riscos e Oportunidades, a proporção foi de 15,63% de positivos, contra 6,25% de negativos. Os demais elementos de conteúdo, nos estudos de caso analisados, não foram passíveis de observações de experiências positivas ou negativas.

Dessa maneira, a síntese interpretativa que se pode realizar a partir desses resultados é que a maior parte das experiências empíricas encontradas nos estudos de caso organizacionais, relativas aos Elementos de Conteúdo do RI, citados no *Framework 1.0*, foram positivas. Contudo, apenas esse argumento também não é suficiente para indicar que o RI deve ser institucionalizado em todas as organizações, pois essa decisão é particular de cada organização e requer uma preparação antecipada, alinhada com os objetivos e estratégias organizacionais. Porém, é possível interpretar que, dentre os quatro elementos observados, a Governança foi o elemento que mais gerou retornos positivos a partir da sua aplicação no RI, modificando efetivamente práticas de gestão estratégica, mecanismos de governança e medidas de desempenho, por intermédio de uma relação interativa de aprendizagem com seus *stakeholders*. Entretanto, um ponto de atenção observado nesta análise é de que nenhum estudo encontrou evidências positivas nem negativas relativas ao elemento de conteúdo de Desempenho, ou seja, ainda não se pode afirmar que o RI é capaz de reportar de forma completa o desempenho da organização, nem afirmar que houve melhorias nesse quesito.

5.3 Demais experiências positivas e negativas relacionadas ao RI

Com base nos estudos de caso analisados, observaram-se outras experiências positivas e negativas relativas ao RI, as quais também são contempladas, direta ou indiretamente, pelo *Framework 1.0*. São elas: Capitais, *Framework*, Garantia e Asseguração, Geração de Valor, Informações Prospectivas, Integração entre Setores, Legitimidade, Mudanças nos Processos e Controles, Pensamento Integrado, Resistência, Responsabilidade, Sustentabilidade, Tomada de decisão, Vantagem competitiva e Visão de Longo Prazo. A tabela 3 apresenta uma síntese dos demais resultados encontrados, vinculados à literatura do RI.

Tabela 3. Demais Experiências encontradas relativas ao RI

Experiências Encontradas	Literatura	Resultados Positivos/Negativos
Capitais	Os Capitais do RI (Natural; Humano; Social e de Relacionamento; Financeiro; Manufaturado e Intelectual), são o principal diferencial do RI, quando comparado aos demais relatórios, pois	O Capital Intelectual, que inclui os capitais Humanos, Social e de Relacionamento e Intangíveis, ganhou destaque nas organizações a partir da implementação do RI (Corbella et al. 2019; Badia et al. 2019).

	sua proposta consiste em comunicar a história de geração de valor das organizações, por meio de uma lente de múltiplos capitais (Haji & Anifowose, 2017).	Dificuldades relacionadas à conexão dos capitais (Brusca, et al. 2018), ou relatos de que os capitais não foram suficientes para atender à interação existente entre os capitais e as atividades da organização (Doni et al. 2019).
Framework	O <i>Framework</i> possui abordagem principiológica e não objetiva oferecer um <i>check list</i> para elaboração do RI (Kassai et al. 2019).	Não foram encontradas
		Limitações relativas aos elementos de conteúdo que não foram suficientes para retratar com completude as informações da empresa, sendo necessária a utilização de abordagens extras (Camodeca & Almici, 2017).
Garantia e Asseguração	O Framework 1.0 não exige obrigatoriamente uma Asseguração e Garantia externa para o RI, apenas um reconhecimento por parte da governança de sua responsabilidade por assegurar a integridade do RI (IIRC, 2013).	Criação de mecanismos alternativos de garantia, os quais demonstraram impactos positivos, como aumento de credibilidade, qualidade e materialidade do RI, bem como redução da assimetria da informação e controle dos riscos da organização, além de não serem onerosos (Richard & Odendaal, 2020a)
		O fato de não haver um padrão de asseguração prejudica os usuários do RI na identificação, compreensão, confiabilidade e comparabilidade das informações (Richard & Odendaal, 2020b).
Geração de Valor	A geração de valor pode ocorrer por intermédio das atividades praticadas pela organização, que aumentam, diminuem ou ainda transformam os capitais, servindo de suporte para fornecer benefícios futuros e gerar valor para organização (Mio et al. 2016).	Melhor compreensão da conexão entre os capitais e a geração de valor para, por exemplo, melhorar a maneira de representar seu modelo de negócio e criar valor sustentável (Corbella et al. 2019)
		Deficiências para demonstrar a conectividade entre a estratégia e o modelo de geração de valor (Silvestri et al. 2017).
Informações Prospectivas	As diretrizes do RI definem que uma informação orientada para o futuro é, por natureza, mais incerta do que uma informação histórica. Entretanto, a incerteza por si só não é motivo para excluir esta informação do RI (IIRC, 2013).	Melhorias no alinhamento prospectivo com iniciativas de sustentabilidade e pensamento integrado (Macias & Farfan-Lievano, 2017).
		Dificuldades de relatar informações prospectivas por se tratarem de informações mais complexas, envolvendo incertezas (Lodhia, 2015).
Integração entre Setores	O RI pode levar a um maior desenvolvimento de uma linguagem comum e maior colaboração entre setores (IIRC, 2013).	Engajamento e envolvimento de equipes multifuncionais (Stubbs & Higgins, 2014) e a integração de diversos setores, departamentos e funcionários no processo de preparação do RI, remetendo a uma ligação social mais profunda (Lai et al. 2017).
		Não foram encontradas
Legitimidade	O RI poderia beneficiar uma possível diminuição de riscos sobre reputação das organizações (Eccles e Saltzman, 2011). Todavia, a literatura também apontou para um possível ponto crítico sobre os interesses de utilizar o RI somente para legitimar e salvaguardar a reputação das organizações (Phillips et al. 2011),	O RI foi utilizado para melhorar a reputação da organização, que estava fragilizada por casos de corrupção (Beck et al. 2017) e para consolidar a confiança mútua entre a organização e seus <i>stakeholders</i> (Del Baldo, 2017).
		As organizações devem ter cuidado para não transformar o RI em uma peça de marketing informacional (Sanches et al. 2020), como ocorreu em uma das organizações analisadas, a qual não utilizou o RI para resolver problemas estratégicos, de governança, desempenho ou controle de gestão, mas apenas para manter e melhorar sua reputação como “criadores de tendências” no seu setor de atuação (Dumay & Dai, 2017).

Mudanças nos Processos e Controles	A literatura demonstra que adotar ou não o RI em uma organização é uma decisão difícil, em razão das muitas consequências que essa ação pode gerar (Jensen & Berg, 2012), como mudanças em processos informais e formais, materialidade, identificação de riscos e tomada de decisão (Adams, 2015).	Mudanças de processos e controle da organização, proporcionando a interação de diversos processos organizacionais que permitem compreender a evolução das variáveis financeiras e não financeiras, beneficiando a transparência (Macias, & Farfan-Lievano, 2017).
		Dificuldades e fragilidades da cultura de informações não financeiras, gerando deficiências e retrabalho dos dados relativos à falta de sistemas de gestão e controle de desempenho, sendo difícil evoluir para formas mais sofisticadas de RI (Del Baldo, 2017).
Pensamento Integrado	O RI é um processo baseado em pensamento integrado, que, por sua vez, leva a consideração ativa dada por uma organização aos relacionamentos entre suas diversas unidades operacionais e funcionais, bem como os capitais utilizados ou afetados pela organização (IIRC, 2013).	Benefícios para tomada de decisão integrada entre setores e conectar o CI na criação de valor (Stacchezzini et al. 2019).
		Produzem o RI, mas não desenvolveram o pensamento integrado corretamente, dado que os setores responsáveis pela produção do RI não compartilham informações entre si, e o próprio gerente responsável não vê como útil buscar essa integração (Cavicchi et al. 2019).
Resistência	Pode haver obstáculos e resistência para implementar o RI, visto que aqueles que o elaboram, por vezes, são céticos quanto aos benefícios proporcionados por tal relatório, pois mesmo organizações que não se envolvam no processo do pensamento integrado podem rotular-se como tal (Adams, 2017).	Não foram encontradas
		Resistência para convencer preparadores de que o RI terá impacto positivo no fluxo de capital (Beck et al. 2017) e dos funcionários, os quais podem enxergá-lo apenas como mais uma iniciativa para reforçar a cultura organizacional responsável existente, limitando a eficácia e a penetração do pensamento integrado como um controle cultural (Dumay & Dai, 2017).
Responsabilidade	O RI pode revolucionar o processo de gestão das atividades operacionais, introduzindo uma visão mais responsável na cadeia produtiva e propiciando novas oportunidades de negócios (Gelbcke et al. 2018).	Com a inserção do RI, organizações passaram a apresentar comportamentos mais responsáveis ao longo do tempo (Camodeca & Almici, 2017), sobretudo em questões sociais e ambientais, as quais foram percebidas como tão relevantes como as informações financeiras, levando a uma abordagem responsável e ética sobre a totalidade das operações organizacionais (Lodhia, 2015).
		Não foram encontradas
Sustentabilidade	O RI fornece uma abordagem limitada e unilateral para avaliar questões de sustentabilidade (Brown & Dillard, 2014; Stubbs et al. 2013).	Integração dos princípios de desenvolvimento sustentável com escolhas da gestão empresarial, integrando o desempenho social, ambiental e econômico, proporcionando um <i>disclosure</i> de maior qualidade para os <i>stakeholders</i> (Camodeca & Almici, 2017).
		Não foram encontradas
Tomada de decisão	Conforme a compreensão da criação de valor muda, a tomada de decisão muda (Black Sun, 2014).	RI gera interdependências entre questões sociais, ambientais e financeiras, promovendo tomada de decisões sustentáveis (Le Roux, & Pretorius, 2019) e melhora na tomada de decisão em decorrência do pensamento integrado na organização (Dimes & de Villiers, 2020).
		Não foram encontradas

Vantagem competitiva	Um potencial benefício do RI consiste em vantagens competitivas e comerciais em função da melhoria no reporte, com informações precisas aliadas a informações não financeiras (Eccles & Saltzman, 2011).	Melhorias no relacionamento da empresa com os bancos, aumentando a qualidade do seu crédito (Del Baldo, 2017).
		Não foram encontradas
Visão de Longo Prazo	A visão de longo prazo do IIRC é a de um mundo em que o pensamento integrado está enraizado nas principais práticas comerciais dos setores público e privado, facilitado pelo RI como padrão para relatos corporativos. (IIRC, 2013).	O RI ajudou os funcionários a aumentarem sua orientação de longo prazo, sua consciência, contribuindo para a formação dos valores e da cultura organizacional (Mio et al. 2016).
		Não foram encontradas

Com base nas experiências positivas e negativas relativas ao RI, extraídas dos estudos de caso analisados nesta meta-síntese, compreende-se que as experiências positivas foram superiores às negativas nas seguintes proporções de estudos de caso: Capitais (21,88% positivas e 15,63% negativas); Integração entre setores (40,63% positivas); Mudanças nos Processos e Controles (9,38% positivas e 6,25% negativas); Pensamento Integrado (37,5% positivas e 18,75% negativas); Responsabilidade (6,25% positivas); Sustentabilidade (40,63% positivas); Tomada de Decisão (15,63% positivas); Vantagem Competitivas (9,38% positivas); Visão de Longo Prazo (3,13% positivas). Contudo, também se evidenciou que algumas experiências negativas foram superiores às positivas, nas seguintes proporções de estudos de caso: *Framework* (15,63% negativas); Garantia e Asseguração (3,13% positivas e 12,5% negativas); Informações Prospectivas (6,25% positivas e 9,38% negativas); e Resistência (15,63% negativas). Um caso particular foi a experiência Geração de Valor, a qual empatou em número de casos que evidenciaram experiências positivas e negativas (18,75%).

Dessa forma, a síntese interpretativa que se pode realizar desses resultados é de que, embora as demais experiências empíricas encontradas, conforme apresentadas no Quadro 15, sejam, em sua maioria positivas, esse argumento também não é suficiente para indicar que o RI deve ser institucionalizado em todas as organizações, pois essa decisão é particular de cada organização e requer uma preparação antecipada, alinhada com os objetivos e estratégias organizacionais. Porém, a partir dessas análises, é possível chegar a algumas conclusões, como em relação às experiências positivas vinculadas à Integração de Setores, corroborando com um dos resultados apresentados no estudo da *Black Sun* (2014), a partir das experiências dos primeiros adotantes, os quais observaram que as organizações demonstraram maior colaboração e respeito entre os setores. Dessa forma, este estudo contribui para reafirmar tal evidência, demonstrando que houve, de fato, avanços no que tange à colaboração e interligação de setores e equipes multifuncionais para a preparação do RI.

Outro destaque positivo desta análise está ligada às questões de sustentabilidade e RSC no RI, as quais apareceram recorrentemente em diferentes experiências positivas retratadas nesta meta-síntese, demonstrando que, a partir da utilização do RI, houve uma evolução na demonstração de informações financeiras, sociais e ambientais, contribuindo com o IIRC, ao evidenciar de forma holística questões materiais que afetam as organizações e contribuindo para tomada de decisão assertiva dos *stakeholders*. Além disso, tais resultados refutam as críticas de Brown e Dillard (2014) e Stubbs et al. (2013) em relação à evidenciação de questões de sustentabilidade, os quais debateram que o RI fornecia uma abordagem limitada e unilateral para avaliar tais questões.

No que diz respeito às análises negativas, destacam-se as dificuldades de utilização e entendimento do *Framework 1.0*, pois, por vezes, não foi suficiente para retratar com completude as informações das organizações ou foi de difícil interpretação e entendimento de alguns de seus tópicos. Todavia, interpreta-se que tais críticas ao *Framework* já eram esperadas, visto que essa estrutura possui abordagem principiológica e não objetiva oferecer um *check list*

para elaboração do RI, o que demanda um esforço de reflexão individual de cada organização para encontrar uma forma equilibrada de relatar todas as informações, tal qual sugere o *Framework*, e é somente com o tempo, ajustes e melhorias que o RI conseguirá reportar de forma completa todo modelo de negócios e processo de geração de valor da organização.

Outro destaque negativo nestas análises é em relação à resistência e barreiras que as organizações podem enfrentar ao decidirem institucionalizar o RI. Assim, é possível inferir que pode haver obstáculos em demonstrar os benefícios desse modelo de comunicação e também resistência por parte dos agentes internos para o aceitarem, visto que leva a uma mudança de paradigma cultural interno e externo, em direção ao pensamento integrado. Dessa forma, entende-se que todo tipo de mudança leva a um desconforto em diferentes âmbitos organizacionais, e que se a implementação do RI não for apoiada por uma visão *top-down*, ou seja, encorajada pelos gestores e transmitidas para o restante da organização por meio de estratégias bem definidas, será mais difícil de conseguir internalizar todos os princípios do RI de maneira eficaz e que proporcione benefícios.

6 Discussão dos resultados

Esta pesquisa buscou sintetizar e analisar os estudos de caso qualitativos sobre o tema Relato Integrado. Apresentou uma análise desses estudos, focada nas experiências empíricas, positivas e negativas, em ambientes organizacionais. O resultado dessa meta-síntese permite depreender que, nos primeiros sete anos de vigência do *Framework 1.0* (2013 a 2020), foi possível consolidar quatro experiências positivas advindas da utilização do RI: Relacionamento com *stakeholders*, Governança, Integração entre diferentes setores e Sustentabilidade. Estas quatro categorias apresentaram somente resultados positivos, com índices superiores a 40% do total de estudos de caso analisados. Outras categorias, como: Tomada de Decisão, Vantagem Competitiva, Visão de Longo Prazo e Visão Organizacional, também apresentaram somente evidências positivas, entretanto ainda carecem de mais estudos para podermos consolidá-las como promotoras de impactos positivos, pois seus índices foram inferiores a 16% dos estudos de caso analisados.

Também inferem-se, por meio da meta-síntese realizada, três categorias críticas que ainda não conseguiram se desenvolver nos primeiros anos de utilização do RI, pois apresentaram apenas evidências negativas, sendo assim necessitam de melhorias: o princípio básico de informações Consistentes e Comparáveis, necessitando de um maior consenso sobre como utilizar o RI, dificuldades de entendimento e uso dos elementos contidos no *Framework*, que precisam ser revistos para tornar-se mais claros e a Resistência dos agentes internos das organizações em aceitarem implementar o RI, necessitando de evidências empíricas que sustentem os benefícios desse modelo de comunicação.

Ademais, as outras experiências empíricas encontradas ainda são muito heterogêneas, apresentando tanto implicações positivas, quanto negativas. Dessa maneira, entende-se que com a realização de mais estudos, aprimoramentos e o *sensemaking* dos primeiros adotantes, tais dificuldades podem ser superadas ao longo do tempo, para que possam evoluir a fim de minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos.

Em relação às limitações deste estudo, entende-se que, por se tratar de uma síntese e análise de estudos de caso com objetivos únicos e específicos, não se pode afirmar que se uma evidência positiva não foi relatada, conseqüentemente, ela passe a ser uma evidência negativa, pois pode apenas não ter sido apresentada no texto por não atender ao objetivo individual daquele estudo de caso.

7 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo responder quais eram as experiências empíricas advindas da utilização do Relato Integrado em ambientes organizacionais com base em estudos de caso encontrados na literatura. Os achados desta pesquisa, resultantes das análises individuais de cada estudo de caso, da formação do mapa causal e da síntese cruzada dos estudos de caso acerca das experiências empíricas advindas do RI, convergem para o entendimento de que as experiências empíricas são heterogêneas, pois se observaram tanto evidências positivas, quanto negativas na maior parte das categorias de experiências encontradas. Tais evidências empíricas são resultado dos primeiros sete anos de utilização do RI, portanto, são, de certa forma, esperados, por se tratar de um conceito relativamente novo, ainda em desenvolvimento, que requer mais estudos, visando evoluí-las ao longo do tempo, para maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos.

Além disso, os resultados permitem concluir que, embora a maioria das categorias de experiências empíricas sejam heterogêneas, podem-se destacar quatro categorias, as quais apresentaram apenas resultados positivos em mais de 40% dos estudos de caso analisados, sendo assim podemos inferir que já se encontram em um nível avançado de consolidação no RI, sendo passível de visualização de resultados práticos e positivos nas organizações, a saber: Relacionamento com *stakeholders*, Governança, Integração entre Setores e Sustentabilidade. No sentido oposto, também se destacam nesta análise três categorias críticas, de experiências que ainda não conseguiram se desenvolver nos primeiros anos de utilização do RI, pois apresentaram apenas evidências empíricas negativas, sugerindo-se que necessitam de melhorias: Consistência e Comparabilidade, Framework e a Resistência Organizacional.

O artigo contribuiu para organizar de forma sistemática as evidências empíricas advindas do uso do RI em ambientes organizacionais, diferenciando-se por aplicar técnicas de meta-síntese com estudos de caso encontrados na literatura internacional e nacional. Este estudo também demonstra que, de fato, o RI impacta as organizações que o utilizam, gerando experiências, tanto positivas, quanto negativas. Assim, este estudo pode auxiliar organizações que já utilizam essa ferramenta de comunicação, ou as que pretendem utilizar, bem como os preparadores de RI, para que possam visualizar com mais clareza as evidências dessa ferramenta em ambientes organizacionais, com o intuito de gerar entendimentos mais sólidos sobre sua prática, visando alavancar seus potenciais benefícios.

No mais, o artigo contribuiu com os órgãos reguladores que acompanham o desenvolvimento do RI, como o IIRC e a CBARI, para que possam expor tais evidências empíricas aos *stakeholders*, como forma de promover o RI e incentivar o seu aprimoramento nos próximos anos e nas próximas versões do *Framework*. Além disso, este estudo atende à demanda da literatura por evidências empíricas que demonstrem as evidências advindas da utilização do RI na prática, de forma específica em ambientes organizacionais.

Sugere-se que estudos futuros efetuem análises específicas das experiências positivas e negativas, com o propósito de aprofundar os conhecimentos sobre cada categoria de experiências encontradas neste estudo, visando refletir e encontrar soluções que impulsionem a aplicação prática desses elementos. Também sugere-se realizar uma análise de conteúdo das experiências empíricas advindas da utilização do RI em ambientes organizacionais, com base nas experiências e percepções de preparadores desse demonstrativo em um contexto de um país específico, com a intenção de validar as experiências empíricas encontradas com base na opinião dos preparadores do RI, que vivenciam na prática sua aplicação e resultados. Ademais, sugere-se a reaplicação da meta-síntese daqui a alguns anos para encontrar e consolidar novas experiências empíricas advindas da aplicação prática do RI, com base em estudos de caso organizacionais da literatura internacional e nacional.

REFERÊNCIAS

- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: a call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23-28.
- Adams, C. (2017). Conceptualising the contemporary corporate value creation process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(4), 906-931.
- Adhariani, D., & De Villiers, C. (2019). Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*.
- Al Amosh, H., & Mansor, N. (2021). Disclosure of integrated reporting elements by industrial companies: evidence from Jordan. *Journal of Management and Governance*, 25(1), 121-145.
- Al-Htaybat, K., & von Alberti-Alhtaybat, L. (2018). Integrated thinking leading to integrated reporting: case study insights from a global player. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1435-1460.
- Altoé, S. M. L., Takahashi, A. R. W., & Espejo, M. M. S. B. (2015). Meta-síntese em estudos de casos qualitativos: pesquisa na ótica da sucessão de empresas familiares e liderança. Seminários em Administração. *Anais XVIII SemeAd*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, SC, Brasil.
- Argento, D., Culasso, F., & Truant, E. (2019). From sustainability to integrated reporting: The legitimizing role of the CSR manager. *Organization & Environment*, 32(4), 484-507.
- Badia, F., Dicuonzo, G., Petruzzelli, S., & Dell'Atti, V. (2019). Integrated reporting in action: Mobilizing intellectual capital to improve management and governance practices. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 299-320.
- Beck, C., Dumay, J., & Frost, G. (2017). In pursuit of a 'single source of truth': from threatened legitimacy to integrated reporting. *Journal of Business Ethics*, 141(1), 191-205.
- Bernardi, C., & Stark, A. W. (2018). Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the accuracy of analyst forecasts. *The British Accounting Review*, 50(1), 16-31.
- Bicudo, M. A. V. (2014). Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, 9, 7-20.
- Black Sun. 2014. *Realizing the benefits: The impact of Integrated Reporting*. Acesso em Agosto de 2020.
- Bommel K. Van. (2014). Towards a legitimate compromise? An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7) pp. 1157 – 1189.
- Brasil. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais). Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated Reporting: on the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156.”
- Brusca, I., Labrador, M., & Larran, M. (2018). The challenge of sustainability and integrated reporting at universities: A case study. *Journal of Cleaner Production*, 188, 347-354.
- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Camodeca, R., & Almici, A. (2017). From the corporate social responsibility reporting to the integrated reporting: the case of Sabaf Spa. *Problems and perspectives in management*, (15, Iss. 1 (cont.)), 150-157.

- Cavicchi, C., Oppi, C., & Vagnoni, E. (2019). On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 345-371.
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The international integrated reporting framework: key issues and future research opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25(1), 90-119.
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Resolução CVM N° 14, de 9 de dezembro de 2020.
- Corbella, S., Florio, C., Sproviero, A. F., & Stacchezzini, R. (2019). Integrated reporting and the performativity of intellectual capital. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 459-483.
- De Villiers, C., & Maroun, W. (Eds.). (2018). *Sustainability accounting and integrated reporting*. Routledge
- De Villiers, C., Hsiao, P. C. K., & Maroun, W. (2017). Developing a conceptual model of influences around integrated reporting, new insights and directions for future research. *Meditari Accountancy Research*.
- De Villiers, C., Unerman, J., & Rinaldi, L. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Del Baldo, M. (2017). The implementation of integrating reporting< IR> in SMEs: Insights from a pioneering experience in Italy. *Meditari Accountancy Research*.
- Devalle, A., di Trana, M. G., Fiandrino, S., & Vrontis, D. (2020). Integrated thinking rolls! Stakeholder engagement actions translate integrated thinking into practice. *Meditari Accountancy Research*.
- Dimes, R., & de Villiers, C. (2020). How management control systems enable and constrain integrated thinking. *Meditari Accountancy Research*.
- Doni, F., Larsen, M., Martini, S. B., & Corvino, A. (2019). Exploring integrated reporting in the banking industry: the multiple capitals approach. *Journal of Intellectual Capital*.
- Dumay, J., & Dai, T. (2017). Integrated thinking as a cultural control?. *Meditari Accountancy Research*.
- Eccles, R. G.; Saltzman, D. (2011). Achieving Sustainability Through Integrated Reporting. *Stanford Social Innovation Review*, p. 51–61.
- Eccles, R. G., & Serafeim, G. (2011). Accelerating the adoption of integrated reporting. *InnoVatio Publishing Ltd*.
- Ernst & Young. (2015). *Tomorrow's Investment Rules 2.0: emerging risk and stranded assets have investors looking for more from nonfinancial reporting*. Recuperado de: <[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-ccass-institutionalinvestor-survey2015/\\$FILE/ey-ccass-institutional-investor-survey-2015.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-ccass-institutionalinvestor-survey2015/$FILE/ey-ccass-institutional-investor-survey-2015.pdf) >. Acesso em: Julho de 2020.
- Evans, D. (2002). Systematic reviews of interpretive research: interpretive data synthesis of processed data. *Australian Journal of Advanced Nursing*. 20(2), 22.
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & De Villiers, C. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*.
- Fasan, M., & Mio, C. (2017). Fostering stakeholder engagement: The role of materiality disclosure in integrated reporting. *Business Strategy and the Environment*, 26(3), 288-305.
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17.
- Frías-Aceituno, J.V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I.M. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 44, 45–55.

- Garcia, A. S., Kao, F., & Ciasca, D. N. (2018). Relato integrado: um olhar nas produções acadêmicas e na sua implementação pelas empresas. *Anais do ENANPAD*, Curitiba, PR, Brasil.
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., & Frías-Aceituno, J. V. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International business review*, 22(5), 828-838.
- Gelbcke, E. R., Santos, A. D., Iudícibus, S. D., & Martins, E. (2018). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo, SP: Atlas.
- Gunarathne, N., & Senaratne, S. (2017). Diffusion of integrated reporting in an emerging South Asian (SAARC) nation. *Managerial Auditing Journal*.
- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*.
- Haji, A. A., & Anifowose, M. (2017). Initial trends in corporate disclosures following the introduction of integrated reporting practice in South Africa. *Journal of Intellectual Capital*.
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk (s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1090-1119.
- Hoon, C. (2013). Meta-synthesis of qualitative case studies: An approach to theory building. *Organizational Research Methods*, 16(4), 522-556.
- Iacuzzi, S., Garlatti, A., Fedele, P., & Lombrano, A. (2020). Integrated reporting and change: evidence from public universities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*.
- International Federation of Accountants (IFAC) (2021). The State of Play in Sustainability Assurance.
- International Integrated Reporting Council. (2011). Towards Integrated Reporting: Communicating Value in the 21st Century. Acesso em Maio de 2020.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). The International <IR> Framework. Acesso em Maio de 2020.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2020). IIRC opens 90-day consultation on revisions to the International <IR> Framework. Acesso em julho de 2020.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021). International <IR> Framework. Recuperado de <https://integratedreporting.org/news/iirc-publishes-revisions-to-international-framework-to-enable-enhanced-reporting/>. Acesso em Abril de 2021.
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting. An institutionalist approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299-316.
- Kassai, J.,R., Carvalho, N., & Kassai, J., R., S. (2019). *Contabilidade Ambiental – Relato Integrado e Sustentabilidade*. São Paulo, SP: Atlas.
- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2018). Determinants of forward-looking disclosures in integrated reporting. *Managerial Auditing Journal*.
- KPMG (2012), “Integrated reporting: performance insight through better business reporting”. No. 2, KPMG, London.
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2017). What does materiality mean to integrated reporting preparers? An empirical exploration. *Meditari Accountancy Research*.
- Le Roux, C., & Pretorius, M. (2019). Exploring the nexus between integrated reporting and sustainability embeddedness. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*.
- Lodhia, S. (2015). Exploring the transition to integrated reporting through a practice lens: an Australian customer owned bank perspective. *Journal of business ethics*, 129(3), 585-598.

- Lueg, K., Lueg, R., Andersen, K., & Dancianu, V. (2016). Integrated reporting with CSR practices: A pragmatic constructivist case study in a Danish cultural setting. *Corporate Communications: An International Journal*.
- Macias, H. A., & Farfan-Lievano, A. (2017). Integrated reporting as a strategy for firm growth: multiple case study in Colombia. *Meditari Accountancy Research*.
- McNally, M. A., & Maroun, W. (2018). It is not always bad news: Illustrating the potential of integrated reporting using a case study in the eco-tourism industry. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Mio, C. (Ed.). (2016). *Integrated Reporting: A New Accounting Disclosure*. Springer Nature.
- Mio, C., Fasan, M., & Costantini, A. (2020). Materiality in integrated and sustainability reporting: A paradigm shift?. *Business Strategy and the Environment*, 29(1), 306-320.
- Mio, C., Fasan, M., & Pauluzzo, R. (2016). Internal application of IR principles: Generali's Internal Integrated Reporting. *Journal of Cleaner Production*, 139, pp. 204-218.
- Mio, C., Marco, F., & Pauluzzo, R. (2016). Internal application of IR principles: Generali's internal integrated reporting. *Journal of Cleaner Production*, 139, 204-218.
- Nagano, R. T.; Kassai, J. R.; Kussaba, C. T.; Carvalho, L. N. G. de. (2013). A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. *Anais II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos e I Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade*, São Paulo, 2013.
- Naynar, N. R., Ram, A. J., & Maroun, W. (2018). Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*.
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136(July 2014), 53–64.
- Phillips, D., Watson, L., & Willis, M. (2011). Benefits of comprehensive integrated reporting: by standardizing disparate information sources, financial executive can eliminate the narrow perspectives of the elephant and the blind man parable--and" see" beyond merely information silos or reports. *Financial Executive*, 27(2), 26-31.
- Price Waterhouse & Coopers (PWC) (2015). Implementação do Relato Integrado. Recuperado de: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/auditoria/2015/pwc-implementacao-relato-integrado-15.pdf>. Acesso em Agosto de 2020.
- Reuter, M., & Messner, M. (2015). Lobbying on the integrated reporting framework: An analysis of comment letters to the 2011 discussion paper of the IIRC. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Richard, G., & Odendaal, E. (2020a). Credibility-enhancing mechanisms, other than external assurance, in integrated reporting. *Journal of Management & Governance*, 25(1).
- Richard, G., & Odendaal, E. (2020b). Integrated reporting assurance practices—a study of South African firms. *International Journal of Disclosure and Governance*, 17(4), 245-266.
- Rowbottom, N., & Locke, J. (2016). *The emergence of. Accounting and Business Research*, 46(1), 83-115.
- Sanches, S. L. R., Favato, K. J., Slewinski, E., & Neumann, M. (2020). Sensemaking dos atores de uma instituição financeira na adoção e elaboração do Relato Integrado. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22, 628-646.
- Serafeim, G. (2015). Integrated reporting and investor clientele. *Journal of Applied Corporate Finance*, 27(2), 34-51.
- Silvestri, A., Veltri, S., Venturelli, A., & Petruzzelli, S. (2017). A research template to evaluate the degree of accountability of integrated reporting: a case study. *Meditari Accountancy Research*.

- Sousa, C. F., & Branco, M. Z. P. C. (2013). Meta-síntese: uma revisão da literatura— contributos para o conhecimento e para os cuidados de enfermagem. *Enfermagem em Foco*, 4(2).
- Stacchezzini, R., Florio, C., Sproviero, A. F., & Corbella, S. (2019). An intellectual capital ontology in an integrated reporting context. *Journal of Intellectual Capital*.
- Steyn, M. (2014). Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(4), 476-503.
- Strong, P. T. (2014). Integrated reporting in Australia: a study of key interests and effects. Tese de Doutorado, University of New South Wales, New South Wales, Austrália.
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, auditing & accountability journal*.
- Stubbs, W., Higgins, C., & Milne, M. (2013). Why do companies not produce sustainability reports?. *Business strategy and the environment*, 22(7), 456-470.
- Tribunal De Contas Da União. (2018). Decisão Normativa TCU nº 170/2018, de 19 de setembro de 2018.
- Velte, P., & Stawinoga, M. (2017). Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. *Journal of Management Control*, 28(3), 275-320.
- Veltri, S., & Silvestri, A. (2015). The Free State University integrated reporting: a critical consideration. *Journal of Intellectual Capital*.
- Vitolla, F., & Raimo, N. (2018). Adoption of integrated reporting: Reasons and benefits—A case study analysis. *International Journal of Business and Management*, 13(12), 244-250.
- Vitolla, F., Raimo, N., & Rubino, M. (2019). Appreciations, criticisms, determinants, and effects of integrated reporting: A systematic literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(2), 518-528.
- Zaro, E. S., Flores, E. D. S., Murcia, F. D. R., Fasan, M., & Mio, C. (2020) The effect of the voluntary adoption of integrated reporting on the cost of equity: enforcement perspective. *Anais do XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 20.
- Zimmer, L. (2006). Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. *Journal of advanced nursing*, 53(3), 311-318.